

DORA KRAMER

dkramer@estadao.com.br



Como o seu mestre mandou

O discurso do PT em defesa das decisões partidárias e das tradições institucionais não tem surtido efeito na ofensiva contra a candidatura avulsa do petista Virgílio Guimarães à presidência da Câmara.

Há várias razões para isso – chantagens do fisiologismo incluídas –, mas a principal mostra que o gesto de Guimarães não é tão inusitado assim: ele apenas repete o padrão de indiferença total aos rituais da institucionalidade que o PT carregou consigo da oposição ao governo. Há diversos exemplos à disposição, mas tomemos os referidos nas relações do governo com os partidos, a fim de manter o assunto no âmbito parlamentar e facilitar a exposição do raciocínio.

Governo e PT reclamam que Virgílio Guimarães não tinha o direito de ignorar decisão da bancada do partido e do PT e enfrentar a candidatura de Luiz Eduardo Greenhalgh.

Engano. Pelos critérios adotados no Palácio do Planalto e na direção do PT no trato com seus aliados e adversários políticos, o deputado de Minas Gerais tinha todo o direito de fazer o que bem quisesse.

Por que, então, só ele deveria respeitar decisões, quando o próprio presidente da República ignora a existência de três presidentes partidários e faz incursões nas legendas comandadas por eles como se não estivessem na vigência de seus mandatos?

Os deputados Michel Temer e Roberto Freire, respectivamente presidentes do PMDB e do PPS, e o senador Jorge Bornhausen, do PFL, simplesmente não existem para o Palácio do Planalto.

Governo foi o primeiro a adotar o desrespeito aos rituais como padrão de conduta

Nem um nem outro e a primeira consequência objetiva da despreocupação com princípios – quando aplicados à parcela da humanidade não filiada ao PT, bem entendido – está bastante explícita agora na balbúrdia da disputa pelo comando da Câmara dos Deputados, cujo ambiente não demora a contaminar o Senado.

Quando na oposição, o PT, inconformado com a derrota em 1998, alimentou a campanha “fora FHC”; sem intenção real de destituir Fernando Henrique Cardoso, mas para atingir politicamente a legitimidade do presidente.

Não é exagero afirmar – basta dar a fatos semelhantes pesos iguais, sem juízo de valor a respeito de preferências ideológicas – que ao desconhecer os mandatos dos presidentes do PMDB, do PPS e do PFL, o presidente Lula está no exercício implícito do “fora Michel Temer, Roberto Freire e Jorge Bornhausen”.

É uma forma de perpetuar o desapareço aos rituais – desde que não-petistas –, mas não é apenas isso. Desse modo, Lula abre a guarda para que amanhã seu mandato seja também tratado com a ligeireza dispensada ao diploma institucional de Fernando Henrique e às delegações partidárias do PMDB, do PPS e do PFL.

De certa forma, o PT já está enxergando essa cena. Só não dá ainda sinais de se reconhecer no espelho.

Virgílio Guimarães para todos os efeitos utiliza-se dos mesmos sofismas usados pelos companheiros aos quais oficialmente afronta.

Quando diz que a candidatura avulsa é legítima, é prevista no regimento, o deputado fala a verdade. Ignora, porém, proposadamente, que, à lei e ao jogo político, não raro se sobrepõem valores maiores.

No caso, o respeito à liturgia da proporcionalidade que, ao dar às maiores bancadas a primazia nos postos (da presidência ao comando das comissões permanentes), segue apenas o critério do voto popular: quem tem mais representantes eleitos, tem também mais poder.

Isso é o que está em jogo, isso é o que o PT sempre teimou – e continua teimando – em ignorar em nome da “disputa política”, é por isso também que se envolve em tantas e tão monumentais confusões.

Quem não tem princípio firme para nada fica solto no ar, ao sabor do imponderável, e acaba atropelado por ele.

Da direção do partido ao presidente da República, passando pela inconformada esquerda petista, todos continuaram trabalhando dentro da dinâmica da beligerância permanente, própria de um agrupamento de tendências onde prevalecem os mais fortes.

Essa é a regra e, por isso, no PT internamente é tão importante a disciplina: para assegurar a fortaleza da maioria que não pode correr o risco de se fracionar nem perder tempo com a administração fidalga do contraditório.

No governo não dá certo. A começar pelo imperativo do compromisso de posse do respeito à institucionalidade como regra geral e, neste caso, Lula já está em perjúrio pleno.

Mas não dá certo principalmente porque o primeiro a necessitar do respeito aos formalismos e da obediência aos princípios é o governo. Não sendo uma ditadura, fica obviamente exposto a tornar-se vítima da desorganização de comportamento e da licença – dada por ele – para o vale-tudo.

É desse mal que padece a barafunda estabelecida na Câmara. E, lamentavelmente, o mal atinge a todos por causa da imaturidade política e da fragilidade moral de alguns.●

Zapatero quer Brasil como parceiro estratégico

Primeiro-ministro da Espanha aposta nas reformas e em futuro acordo com União Européia para incentivar investimentos e trazer pequenas e médias empresas

DIPLOMACIA

Marco Lacerda

Especial para o Estado
MADRI

“O Brasil é a aposta estratégica da Espanha na América do Sul.” Assim o diretor-geral para comércio e investimentos do Ministério da Indústria espanhol, Óscar Via, resume a nova orientação do governo de seu país nas relações com a América Latina. A visita que o primeiro-ministro José Luis Rodríguez Zapatero inicia hoje ao Brasil e a realização, em fevereiro, de um Foro de Inversões têm como objetivo inaugurar uma nova era de intercâmbio em que o Brasil terá prioridade nos investimentos espanhóis no cone sul.

Algumas das razões, segundo Óscar Via, que justificam a nova etapa: a consolidação do Brasil como primeira economia latino-americana, as reformas legislativas promovidas pelo governo Lula para impulsionar a cooperação entre os setores público e privado no financiamento de programas de infra-estrutura e, sobretudo, a assinatura de um acordo de livre comércio entre a União Européia e o Mercosul, que será formalizado em março.

Como as grandes multinacionais espanholas já estão instaladas no Brasil, Zapatero pretende aprofundar em seu encontro com Lula, amanhã, em Brasília, o acesso ao mercado brasileiro de pequenas e médias empresas, até agora ausentes nos negócios entre os dois países. A nova etapa de cooperação, segundo Óscar Via, incluirá ajuda financeira, incentivos e um convênio para eliminar trâmites burocráticos que, pelos altos custos e pouca transparência, dificultam a participação de empresas estrangeiras em licitações públicas.

Para acertar as bases da iniciativa, Zapatero participará em São Paulo, de 24 a 26 deste mês, de um Foro de Investimentos e Cooperação Empresarial promovido pelo Instituto Espanhol de Comércio Exterior.

“Que o interesse espanhol pelo Brasil não seja considerado mero apoio solidário a uma economia emergente”, adverte o inglês Timothy Garton Ash, um dos principais analistas políticos da União Européia. “A Espanha apenas antecipa-se aos demais países da UE para defender seus interesses num futuro próximo em que China, Índia e Brasil dominarão grande par-



PRIORIDADE - Zapatero quer aproveitar reunião com Lula para apressar o acesso ao mercado brasileiro

te da economia mundial”, profetiza. Com investimentos de € 34 milhões nos últimos dez anos, a Espanha já é o segundo maior parceiro econômico do Brasil, depois dos Estados Unidos.

Embutida nas novas relações com o Brasil inclui-se, discretamente, a busca de imigrantes. As empresas européias esperam, ansiosas, a chegada de mão-de-obra barata para reduzir gastos e se manterem competitivas nos mercados mundiais. Sem isso – e por causa da baixa taxa de natalidade – o velho continente seguirá em velocidade de cruzeiro para tornar-se um enorme asilo.

Atualmente com 43 milhões de habitantes e 3 milhões de imigrantes, a Espanha precisará de 12 milhões de estrangeiros nos próximos 10 anos, de preferência jovens, para se manter viva.

REVOLUÇÃO UTÓPICA

Zapatero é o primeiro líder da esquerda espanhola a chegar à presidência na primeira disputa eleitoral. A seu favor contou com o maço de comparecimento às urnas da juventude, que utilizou o voto para expressar seu repúdio às ações

políticas do governo anterior, que colocaram a Espanha na mira do terrorismo islâmico: o atentado de 11 de março de 2003, em Madri, que custou a vida de 192 pessoas.

Consciente das circunstâncias que favoreceram sua vitória, no dia seguinte à posse Zapatero ordenou a retirada das tropas espanholas enviadas ao Iraque. Sob o olhar perplexo de Washington, que tinha em seu antecessor, José Maria Aznar, um aliado incondicional, o novo primeiro-ministro afirmou em pronunciamento na ONU: “A correção das grandes injustiças políticas e econômicas que assolam o planeta é a única maneira de privar o terrorismo de sustento popular. Quanto mais gente estiver vivendo em condições dignas no mundo, mais seguros estaremos.”

O discurso foi imediatamente rotulado de utópico e idealista. Uma das poucas vozes a desafiar a vontade imperial americana, Zapatero rebateu: “Depois do que temos vivido nos últimos tempos, o que a ordem internacional precisa é de mais ideais e menos mentiras.”

Em casa, Zapatero punha em

marcha suas promessas de campanha através de um projeto político baseado em cinco pontos: paz, igualdade de direitos entre homens e mulheres, cidadania, solidariedade e segurança.

Destituíu a cúpula militar. Nomeou um ministério formado por oito homens e oito mulheres e apresentou uma lei de combate à violência de gênero, aprovada por unanimidade. Através de um pacto com as redes de TV, estabeleceu horários para crianças e adolescentes, em que é proibida a exibição de imagens de sexo e violência.

Sua determinação em aprovar novas leis sobre aborto, divórcio e casamento de pessoas do mesmo sexo colocou Zapatero em rota de colisão com a Igreja católica, que acusa seu governo de varrer da esfera pública os valores familiares e religiosos.

Resposta de Zapatero: “Nosso projeto tem apoio da maioria do povo espanhol. Os que se opõem talvez precisem evoluir um pouco para alcançar o tempo social em que vivemos. Fé não se estabelece por lei, é algo íntimo na consciência de cada cidadão.”●

Novos rumos nas relações Brasil-Espanha

OPINIÃO

Bruno Ayllón*

A visita ao Brasil do presidente do governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, constitui um fato transcendente nas relações hispano-brasileiras, depois de décadas de indiferença, em que as relações bilaterais se caracterizaram pela mútua irrelevância. Historicamente, os dois países mantiveram no seu relacionamento um baixo perfil e uma escassa densidade política e econômica, como consequência das diferentes motivações regionais e geopolíticas e das orientações divergentes de suas políticas externas.

Esta situação de irrelevância começou a ser superada a partir de 1979 com a convergência de três forças profundas: a redemocratização, a integração regional e os processos de estabilidade e abertura econômica. Na segunda metade dos anos noventa, no bojo dos investimentos espanhóis na América Latina e, destacadamente, no Brasil, verifica-se uma mudança radical no padrão das relações bilaterais.

Os dois países vão trilhar um

caminho comum, com interesses e valores semelhantes que resultarão, em 2003, na definição de uma relação privilegiada sintetizada num Plano de Parceria Estratégica pelo qual Brasil e Espanha se comprometem “a trabalhar para compartilhar conhecimentos e experiências que propiciem maior aproximação entre seus povos e promova a justiça social, o crescente intercâmbio de sua riqueza cultural e científica e, em definitivo, maior prosperidade de seus cidadãos.”

Zapatero deveria nestes dias olhar para trás e evitar os erros do anterior governo espanhol nas relações com o Brasil. As relações bilaterais já estavam em trajetória ascendente no período Aznar, mas a ênfase foi dirigida quase exclusivamente aos aspectos econômicos, o que teve como tradução uma agenda hispano-brasileira orientada aos temas de investimentos e sua proteção. Ficou patente a subordinação dos aspectos políticos das relações às questões de ordem econômica como resultado do volume que iam adquirindo os interesses espanhóis comprometidos no mercado brasileiro.

Com a vitória do Partido Socialista espanhol nas eleições de 2004, as relações bilaterais vão se beneficiar de uma forte sintonia política e de uma maior convergência ideológica entre Lula e Zapatero. Nessa nova fase exis-

tiam outras prioridades que, sem relegar a um segundo plano sua dimensão econômica, davam uma guinada nos rumos das relações Brasil-Espanha, explorando novos caminhos alicerçados no papel protagonista da dimensão social e numa visão das relações internacionais mais solidária, ancorada firmemente num multilateralismo pacífico e integrador, que pretendia fazer da luta contra a fome e do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio sua bandeira mais representativa.

Em consequência, a agenda hispano-brasileira tem se reorganizado, mudando o viés econômico predominante nos últimos anos. Os temas que Zapatero irá tratar com Lula podem ser, entre outros, a participação espanhola na Ação contra a Fome e a Pobreza, os esforços conjuntos na manutenção da paz no Haiti, a reforma das Nações Unidas, onde existem divergências entre Madri e Brasília no que se refere à composição do Conselho de Segurança, o eventual apoio espanhol à candidatura do embaixador Seixas na OMC, na hipótese do fracasso da postulação de Pascal Lamy, o impasse nas negociações União Européia-Mercosul e a proposta de trocar parte da dívida externa brasileira com a Espanha por investimentos em educação. Mas sem dúvida o grande desafio das relações Brasil-Espanha será a

implementação do Plano de Parceria Estratégica, que constitui, nas palavras do chanceler espanhol Moratinos, “a prioridade bilateral fundamental”.

Na perspectiva do presidente Lula, a parceria com a Espanha “é expressão eloquente do extraordinário dinamismo de nossas relações bilaterais (...), uma parceria natural, sedimentada não apenas pelos elementos históricos, culturais e políticos que nos unem, mas também pelos novos vínculos regionais que se consolidaram a partir da década de 90 – tais como o relacionamento entre o Mercosul e a UE e o diálogo no âmbito ibero-americano”.

Existem todos os elementos para que a parceria estratégica entre o Brasil e a Espanha seja uma realidade, mas os dois governos devem evitar o perigo de “nadar e morrer na praia” ou de um excesso de retórica que faça com que as relações bilaterais fiquem no campo das declarações de intenções, sem apresentar um balanço tangível de realizações concretas. A visita de Zapatero deve servir para definir, com os pés no chão, as formas de continuarmos progredindo juntos.

*Bruno Ayllón é doutor em Relações Internacionais pela Universidade Complutense de Madri e pesquisador visitante no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP.